

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

25.372.836.620,362.000.680,0014.213.000,0025.356.622.940,3615.127.495,68

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.279.549,19	1.331.723,43	2.561.519,25	1.560.232,55	1.159.433,33	1.226.049,36	1.324.175,18	1.298.505,94	1.376.183,59	1.468.781,80	1.376.073,76	1.701.915,30	17.664.142,68
Pessoal Ativo	1.128.345,72	1.180.519,96	2.259.112,31	1.409.029,08	1.008.229,86	1.074.845,89	1.172.971,71	1.147.302,47	1.224.980,12	1.317.578,33	1.224.870,29	1.550.711,83	15.698.497,57	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	930.220,64	978.297,41	1.854.748,16	1.005.441,46	907.841,34	975.455,04	971.322,63	945.032,74	1.021.313,91	1.112.254,28	1.027.659,38	1.244.549,90	12.974.136,89	
Obrigações Patronais	198.125,08	202.222,55	404.364,15	403.587,62	100.388,52	99.390,85	201.649,08	202.269,73	203.666,21	205.324,05	197.210,91	306.161,93	2.724.360,68	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	151.203,47	151.203,47	302.406,94	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	1.965.645,11	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	99.675,60	99.675,60	199.351,20	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	99.675,60	1.295.782,80	
Pensões	51.527,87	51.527,87	103.055,74	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	51.527,87	669.862,31	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	151.203,47	151.203,47	302.406,94	151.203,47	151.203,47	168.468,39	151.203,47	151.203,47	252.514,27	254.694,29	231.786,95	419.555,34	2.536.647,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00			0,00	17.264,92	0,00	0,00	101.310,80	103.490,82	80.583,48	268.351,87	571.001,89	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	151.203,47	151.203,47	302.406,94	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	151.203,47	1.965.645,11	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.128.345,72	1.180.519,96	2.259.112,31	1.409.029,08	1.008.229,86	1.057.580,97	1.172.971,71	1.147.302,47	1.123.669,32	1.214.087,51	1.144.286,81	1.282.359,96	15.127.495,68	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art.166-A, § 1º, da CF) (V)		
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancadas (art.166, § 16 da CF) (VI)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV-V-VI)		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa+IIIb)	0,06%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I,II,III, art.20 da LRF= 0,08%	20.285.298,35	0,08
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) = 0,076%	19.271.033,43	0,08
LIMITE ALERTA (XI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) = 0,072%	18.256.768,52	0,07
Fonte: Siafem		
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência		
as despesas executadas estão segregadas em:		
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício força do inciso II da Lei 4.320/64;		
c) Art.55, III, "e", com base no art. 20, § 5º da LC nº 101/2000.		
Maria Regina Cunha Marcelo Menezes Chaves		
Procuradora Geral, em exercício Diretor Administrativo/Financeiro		
Glauca Augusta Martins Mendes		
Controle Interno		